

HABEAS CORPUS Nº 515.424 - SP (2019/0168149-8)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR

IMPETRANTE : VICTOR HUGO ANUVALE RODRIGUES

ADVOGADO : VICTOR HUGO ANUVALE RODRIGUES - SP331639

IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

PACIENTE : IRINEU DA SILVA BORGES (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de **Irineu da Silva Borges** – preso preventivamente, desde **22/10/2018**, em razão de suposta associação e tráfico de entorpecentes (arts. 33 e 35, ambos da Lei n. 11.343/2006), ao portar **18,43 g de maconha e 10,54 g de cocaína** (fl. 32) –, em que se aponta como autoridade coatora o Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo, que indeferiu a liminar no writ ali impetrado (*Habeas Corpus* n. 2125825-56.2019.8.26.0000/SP), mantendo decisão do Juízo de Direito da Vara de Plantão da comarca de Tupã/SP, que decretou a prisão preventiva do paciente, ao fundamento da garantia da ordem pública, conveniência da instrução criminal e segurança de futura aplicação da lei penal (Autos n. 1500061-24.2018.8.26.0592/SP).

Alega a parte impetrante, em síntese, que o constrangimento ilegal decorre de decisão que, mediante fundamentação inidônea – pois apoiada somente na gravidade abstrata dos delitos –, decretou a prisão preventiva do paciente, apesar dos predicados que ele ostenta e da ausência dos requisitos previstos no art. 312, *caput*, do Código de Processo Penal (fls. 3/14).

Aduz que, *infelizmente foi decretada a prisão preventiva do paciente sem que houvesse um enfrentamento da possibilidade da aplicação das medidas cautelares alternativas a prisão* (fl. 11).

Postula, ao final, a concessão liminar da ordem para que, superada a Súmula 691/STF, seja relaxada a prisão cautelar imposta.

É o relatório.

Ao que se tem, o presente *mandamus* foi impetrado contra decisão do

Relator do Tribunal de origem, indeferindo medida liminar no *habeas corpus* originário (fls. 101/102).

Com efeito, as Turmas integrantes da Terceira Seção deste Superior Tribunal, na esteira do preceituado no Enunciado n. 691 da Súmula do Pretório Excelso, têm entendimento pacificado no sentido de não ser cabível a impetração de *habeas corpus* contra decisão de relator indeferindo medida liminar, em ação de igual natureza, ajuizada nos Tribunais de segundo grau, salvo a hipótese de inquestionável teratologia ou ilegalidade manifesta.

Confirmam-se: AgRg no HC n. 476.773/PI, Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe 7/12/2018; e AgRg no HC n. 474.174/SP, Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 14/11/2018.

Erigida essa premissa, em juízo de cognição sumária, afigura-se inviável acolher-se a pretensão, porquanto o alegado constrangimento **não** se apresenta com a nitidez imprimida na inicial, pois, no caso, o Magistrado singular, ao decretar a prisão cautelar, fez menção ao fato de que o volume de drogas traficadas é incomum, além disso, explicitou que o paciente e outros corréus *traziam drogas para venda em município diverso, aproveitando-se da festa do peão que lá ocorria. Deve se acrescentar que o acusado IRINEU é recém egresso do sistema prisional, voltando a delinquir enquanto em livramento condicional. Presente também o requisito da prisão preventiva para assegurar a aplicação da lei penal, ou seja, a finalidade útil do processo, que é proporcionar ao Estado o exercício do seu direito de punir, aplicando a sanção devida a quem é considerado autor da infração penal* (fls. 18/33 – grifo nosso).

Ilustrativamente: RHC n. 108.354/PR, Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe 10/4/2019.

Em acréscimo, neste exame prelibatório, o entendimento deste Superior Tribunal é assente no *sentido de que, estando presentes os requisitos autorizadores da segregação preventiva, eventuais condições pessoais favoráveis não são suficientes para afastá-la* (RHC n. 103.986/RR, Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe 1º/3/2019).

Ademais, a motivação que ampara o pedido liminar se confunde com o próprio mérito do *writ*, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo.

Igualmente: HC n. 470.455/SP, Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe 19/2/2019; RHC n. 95.408/RJ, Ministro Joel Ilan Paciornik, Quinta Turma, DJe 14/2/2019; e HC n. 278.053/SP, Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 15/10/2014.

Com essas considerações, não tendo, por ora, como configurado constrangimento ilegal passível de ser afastado mediante o deferimento da liminar ora pretendida, com manifesto caráter satisfativo, **indefiro-a**.

Solicitem-se informações ao Juízo de Direito da Vara de Plantão da comarca de Tupã/SP e à autoridade apontada como coatora, particularmente, acerca da situação atual do paciente.

Após, ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator